



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 94/XI/2ª

09.Março.2011 – 10h00

Aos 9 dias do mês de Março de 2011, pelas 10h00, reuniu na sala 5 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de acta

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 152/XI/2ª da iniciativa de Isabel Maria de Sousa Costa Machado – Escola Sec. Camilo Castelo Branco – Pedido à AR para que “em prol da Escola Pública” reflecta nas medidas tomadas e/anunciadas em relação aos professores, reivindicando o direito de serem ouvidos antes de decidirem os seus destinos.

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator:** A indicar pelo PSD

5. Petição nº 124/XI/2ª - Associação Nacional de Apoio Terapêutico - Solicita que a segurança social tome medidas adequadas, conforme à lei e uniformizadas no tocante à atribuição do subsídio de educação especial /art.º 13º n.º2 alínea a) do Decreto-Regulamentar n.º 14/81, de 07 de Abril)

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputado Relator:** Artur Rego – CDS-PP

6. Requerimento do PCP que requer uma audição da Ministra da Educação sobre o encerramento de escolas de 1º ciclo e a constituição de mega-agrupamentos.

- **Apresentação e votação**

7. Requerimento do PSD que requer uma audição pública, que permita a auscultação em diferentes abordagens sobre o processo de avaliação docente.

- **Apresentação e votação**

8. Audiência ao Sindicato Nacional dos Engenheiros e Federação dos Engenheiros (11h30)

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

14 de Março de 2011 - Conferência Parlamentar Transferência de competências para os municípios em matéria de educação - O modelo legislativo e político- Desafios e realidades

15 de Março de 2011 - 16h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de acta

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Senhor Presidente comunicou que baixou à Comissão o Projecto de Lei n.º 534/XI/2ª – PS, PSD e CDS-PP – *Altera o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude*, tendo o mesmo sido distribuído também à 12ª Comissão - Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local -, sendo esta a competente.

Foi decidido elaborar parecer, para envio à 12ª Comissão, tendo a sua apreciação sido agendada para a reunião de 29 de Março. Cabe ao PSD a indicação do relator.

Baixou ainda à Comissão o Projecto de Lei n.º 537/XI/2ª - PCP - *Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas*. Estando a sua discussão agendada para a Reunião Plenária de 17 de Março, foi decidido ponderar-se a elaboração do parecer, para apreciação na reunião de 15 de Março. Cabe ao BE indicar o relator.

Baixou ainda à Comissão o Projecto de Lei n.º 538/XI/2ª - PCP - *Concurso de ingresso e mobilidade de professores*. Encontrando-se a sua discussão agendada também para a Reunião Plenária de 17 de Março, foi decidido ponderar-se a elaboração do parecer, para apreciação na reunião de 15 de Março. Cabe ao PSD indicar o relator.

Por último, comunicou que baixou ainda o Projecto de Lei n.º 540/XI/2ª- BE - *Estabelece um modelo integrado de avaliação das escolas e do desempenho de educadores e docentes do ensino básico e secundário*. Encontrando-se a sua discussão agendada também para a Reunião Plenária de 25 de Março, foi decidido ponderar-se a elaboração do parecer, para apreciação na reunião de 23 de Março. Cabe ao PS indicar o relator.

3.2. O Senhor Presidente lembrou ainda as audiências que decorrem, naquele mesmo dia, na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, que deverão contar

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

com a participação de deputados da Comissão de Educação. Às 10h30 será recebida a Ordem dos Engenheiros e às 11h30 a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos.

- 3.3. Referiu-se também à Conferência sobre “Transferência de competências para os municípios em matéria de educação”, que terá lugar no dia 14 de Março, informando que a mesma conta já com cerca de 100 inscrições.
- 3.4. O Senhor Presidente comunicou que a audição regimental da Ministra da Educação, prevista para o dia 29 de Março, não poderá realizar-se, por indisponibilidade da Senhora Ministra, que propõe que a mesma tenha lugar no dia 5 de Abril, às 15h00, o que foi aceite por todos os presentes.
- 3.5. Por último, comunicou que deu entrada, no início da reunião, um requerimento do PSD, que requer uma audição com a Ministra da Educação. Após as intervenções dos Senhores Deputados Vânia Jesus (PSD), Bravo Nico (PS) e Miguel Tiago (PCP), foi decidido incluir a apreciação do requerimento da Ordem do Dia da reunião, visto estar agendado um requerimento do PCP no mesmo sentido. Foi ainda decidido que, a serem aprovados ambos os requerimentos, realizar-se-á apenas uma audição, para discussão das temáticas previstas nos dois requerimentos.
- 3.6. A Senhora Deputada Vânia Jesus (PSD) questionou se foi já recebido o parecer do Conselho Nacional de Educação sobre os manuais escolares. Tendo o Senhor Presidente informado que o mesmo não foi recepcionado, a Senhora Deputada informou que agendará uma reunião do Grupo de Trabalho para a próxima semana.

4. Petição n.º 152/XI/2ª da iniciativa de Isabel Maria de Sousa Costa Machado – Escola Sec. Camilo Castelo Branco – Pedido à AR para que “em prol da Escola Pública” reflita nas medidas tomadas e/anunciadas em relação aos professores, reivindicando o direito de serem ouvidos antes de decidirem os seus destinos.

Apreciada a nota de admissibilidade, a Comissão deliberou admitir a petição, por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV. Cabe ao PSD a indicação do relator.

5. Petição nº 124/XI/2ª - Associação Nacional de Apoio Terapêutico - Solicita que a segurança social tome medidas adequadas, conforme à lei e uniformizadas no tocante à atribuição do subsídio de educação especial /art.º 13º n.º2 alínea a) do Decreto-Regulamentar n.º 14/81, de 07 de Abril)

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) apresentou o relatório. Após as intervenções das Senhoras Deputadas Rosalina Martins (PS) e Raquel Coelho (PSD), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

Foi ainda decidido remeter o relatório aos Centros Distritais de Segurança Social.

6. Requerimento do PCP que requer uma audição da Ministra da Educação sobre o encerramento de escolas de 1º ciclo e a constituição de mega-agrupamentos.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o requerimento, considerando que o Governo desrespeitou as Resoluções aprovadas na Assembleia da República, que determinavam a suspensão do encerramento de escolas de 1º ciclo e a constituição de mega-agrupamentos.

Lamentou ainda que a Ministra da Educação nada tenha dito sobre esta intenção do Governo, na recente audição realizada na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

Este requerimento foi apreciado conjuntamente com o requerimento do PSD (Ponto 7).

7. Requerimento do PSD que requer a audição da Ministra da Educação, para prestar esclarecimentos sobre os problemas nas escolas profissionais e nos cursos profissionais e CEF'S ministrados nas escolas públicas e sobre a recente demissão do coordenador das equipas de apoio às escolas da DREC.

A Senhora Deputada Vânia Jesus (PSD) apresentou o requerimento, lembrando o parecer do Conselho de Escolas, que aponta no sentido de os mega-agrupamentos não excederem os 1.500 alunos. Manifestou ainda preocupação em relação ao financiamento dos cursos profissionais e CEF's, que passará a ser feito através de fundos comunitários, o que poderá gerar atrasos ou outro tipo de constrangimentos.

Em relação à demissão do Coordenador da DREC, considerou lamentável que não seja permitido a um professor emitir a sua opinião enquanto cidadão.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) transmitiu que o seu Grupo Parlamentar votará contra o requerimento do PCP, dada a sua contextualização, e abster-se-á em relação ao requerimento do PSD.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) considerou que as razões invocadas, em ambos os requerimentos, são justificáveis para a vinda da Senhora Ministra.

O Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) defendeu também a pertinência da audição, pelo que anunciou que votaria favoravelmente os dois requerimentos.

Posto a votação, o requerimento do PCP foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, BE e PCP, tendo registado os votos contra do PS.

O requerimento do PSD foi, igualmente, aprovado, com os votos a favor do PSD, CDS-PP, BE e PCP, tendo registado a abstenção do PS. Verificou-se, em ambas as votações, a ausência do PEV.

Foi decidido propor à Senhora Ministra as datas de 15, às 15h00, 16, às 10h00 ou 23 de Março, às 10h00, para a audição, onde serão discutidas as temáticas de ambos os requerimentos.

8. Requerimento do PSD que requer uma audição pública, que permita a auscultação em diferentes abordagens sobre o processo de avaliação docente.

A Senhora Deputada Vânia Jesus (PSD) apresentou o requerimento, entendendo que importa avaliar o processo de avaliação docente, no sentido de se serem aferidas eventuais debilidades e de se apontarem melhorias, caminhos e alternativas.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) considerou esta uma excelente iniciativa, entendendo que seria importante que os Grupos Parlamentares apresentassem os seus modelos de avaliação.

A Senhora Deputada Paula Barros (PS) esclareceu que o PS não se oporá à auscultação sobre as formas de melhorar o modelo, entendendo que o importante é fazer, monitorizar e melhorar.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) considerou da maior relevância ouvir as pessoas envolvidas neste processo, para recolher informações sobre os constrangimentos do modelo e sobre as melhorias a introduzir.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que esta audição poderá contribuir para melhorar o trabalho do Parlamento, esclarecendo que o CDS-PP já apresentou uma proposta de modelo de avaliação docente.

Colocado a votação, o requerimento foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a abstenção do PS e a ausência do PEV.

9. Audiência ao Sindicato Nacional dos Engenheiros e Federação dos Engenheiros (11h30)

Estiveram presentes, em representação do Sindicato Nacional dos Engenheiros e da Federação dos Engenheiros, João Oliveira Pinto e Nuno da Câmara Pereira, que apresentaram as preocupações dos seus membros, que se consideram vítimas de segregação no seu exercício profissional.

Referiram-se à Reforma do Ensino Superior – Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março – que estruturou o ensino superior em 3 ciclos – licenciatura, 2º e 3º ciclos -, passando o título académico de licenciado a ser atribuído ao fim de um ciclo de estudos de 3 ou de 4 anos, quando, no passado, o título equivalente era designado por bacharelato.

Assim, perante a existência, no mercado de trabalho, de diferentes formações e competências, a que corresponde o mesmo título académico, torna-se necessário referenciar o mesmo com a indicação do período em que foi obtido.

Neste sentido, afirmaram que existem actualmente cerca de 30.000 bacharéis em Portugal, deixando muitos deles de poder ser opositores a qualquer concurso. Na prática, estes bacharéis não podem trabalhar porque se encontram desenquadrados, visto que esta habilitação não existe. Desta forma, entendem que deve ficar claro para os empregadores que, apesar das designações diferentes, está efectivamente a referir-se a níveis de qualificação iguais, sendo adequado que a actual licenciatura esteja associada ao nível 6.

Por outro lado, esclareceram, a Portaria nº 782/2009, que estabelece a Regulamentação do Quadro Nacional de Qualificações atribui o mesmo nível ao bacharelato e à licenciatura pós-Bolonha (180 ECTS).

Nesta sequência, solicitam a intervenção dos Deputados da Assembleia da República, para que seja dada equivalência de licenciado aos titulares dos anteriores bacharelatos com formação de 3/4 anos, na designação anterior à reforma de Bolonha.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Intervieram, na audiência, os Senhores Deputados José Ferreira Gomes (PSD), Nuno Araújo (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Manuel Mota (PS), que apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Para concluir, o Eng^o João Oliveira Pinto chamou a atenção para o facto de se terem formado bacharéis até há dois anos atrás, não se registando desemprego nesta classe. Considerou ainda existir interesse no adiamento da resolução do problema, aludindo ao conluio entre as Ordens Profissionais e as instituições de ensino superior.

A audiência foi gravada em registo áudio, encontrando-se a gravação, bem como a documentação entregue, disponível na página da Comissão, na Internet.

10. Outros Assuntos

11. Data da próxima reunião

14 de Março de 2011 - Conferência Parlamentar Transferência de competências para os municípios em matéria de educação - O modelo legislativo e político- Desafios e realidades

15 de Março de 2011 - 16h00

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 09 de Março de 2011

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte

Acta aprovada na reunião de 15 de Março de 2011.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENCAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
João Prata
João Sequeira
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Margarida Almeida
Maria Helena Rebelo
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Araújo
Paula Barros
Pedro Rodrigues
Raquel Coelho
Rosalina Martins
Sofia Cabral
Teresa Damásio
Vânia Jesus
Artur Rêgo
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia